

RESUMO NÃO TÉCNICO

Querido, Tinta, Silva & Vicente, Lda.

Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Boa Esperança

Dezembro 2015



recurso

ESTUDOS E PROJEÇOS DE AMBIENTE E PLANEAMENTO, LDA.
Rua Conselheiro de Magalhães, nº37, Loja H,
3800-184 Aveiro
Tel.: 234 426 040
E-mail: recurso@recurso.com.pt



ECO14

SERVIÇOS E CONSULTADORIA AMBIENTAL, LDA.
Rua Prior Guerra, n.º 50 – 2º esq
3830-158 Gafanha da Nazaré
Tel.: 234 420 671 Fax.: 234 420 675
E-mail: eco14@eco14.pt

Querido, Tinta, Silva & Vicente, Lda.

Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Boa Esperança

Aprovado	
Função:	Coordenador
Data:	28/12/2015

Índice

1. Introdução.....	1
2. Onde se localiza a exploração suinícola.....	2
3. O que é a exploração suinícola	2
4. Como funciona a exploração suinícola	11
5. Como vai ser feita a desativação da exploração suinícola.....	11
6. Quais os prazos de realização do projeto.....	11
7. Qual é o estado atual do ambiente na área de estudo	12
8. Quais os impactes ambientais associados ao funcionamento da exploração	13
9. Quais as medidas de minimização e monitorização a implementar	15

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da Exploração Suinícola da Boa Esperança.

O EIA encontra-se inserido no processo de regularização do licenciamento da exploração existente e em funcionamento, com a marca PTRB3G1, para a produção de suínos em regime intensivo. Esta exploração suinícola funciona em ciclo fechado, com uma capacidade total para 860 porcas reprodutoras, o que corresponde a 1.307 Cabeças Normais¹ e uma produção anual de 23.736 leitões desmamados e 19.300 porcos de engorda com 105 kg de peso vivo.

O Resumo Não Técnico resume os aspetos mais importantes do Estudo de Impacte Ambiental e encontra-se escrito numa linguagem que se pretende acessível à generalidade dos principais interessados, de modo a que estes possam participar na Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental.

Para a obtenção de informações mais detalhadas poderá ser consultado o Estudo de Impacte Ambiental completo (Relatório e respetivos Anexos) que estará disponível na Câmara Municipal de Leiria, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e na plataforma eletrónica Participa.

O Estudo de Impacte Ambiental pretende analisar os efeitos (impactes) da exploração no meio natural e social, bem como apresentar medidas para reduzir os efeitos mais prejudiciais. Corresponde ao instrumento técnico que informa o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, cujo procedimento inclui a realização do Estudo de Impacte Ambiental propriamente dito, a fase de consulta pública, e culmina com a emissão da designada Declaração de Impacte Ambiental, que será obrigatoriamente considerada na autorização/licenciamento da exploração.

O Estudo de Impacte Ambiental foi desenvolvido com o objetivo de responder aos requisitos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro. Este diploma legal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 1º e do ponto 1 do Anexo II, alínea e) obriga à apresentação de Estudo de Impacte Ambiental para instalações de pecuária intensiva.

O proponente é a empresa Querido, Tinta, Silva & Vicente, Lda., que integra o grupo empresarial Carnes Valinho S.A.. A Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a entidade licenciadora é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

O Estudo de Impacte Ambiental foi elaborado pelas firmas RECURSO, Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda., e ECO14, Serviços e Consultadoria Ambiental, Lda., durante os meses de abril a dezembro de 2015.

¹ Cabeça Normal (CN) é a unidade padrão de equivalência usada para comparar e agregar números de animais de diferentes espécies ou categorias, tendo em consideração a espécie animal, a idade, o peso vivo e a vocação produtiva.

2. Onde se localiza a exploração suinícola

A Exploração Suinícola da Boa Esperança localiza-se no Pinhal do Concelho, na freguesia de Coimbra, no concelho e distrito de Leiria (ver Figura 1).

A exploração suinícola da Boa Esperança, com uma área de 7,2 hectares, insere-se na propriedade do Pinhal do Coimbra, com 44,6 hectares (Figura 2). A propriedade encontra-se ocupada pela exploração suinícola e respetivo sistema de lagunagem, por uma área florestal com eucalipto e uma outra exploração suinícola designada Pinhal do Concelho.

Na envolvente à exploração suinícola predomina o uso florestal com pinheiro e eucalipto. Na envolvente existe a Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte, localizada a 600 metros a oeste. A norte da Estrada Nacional 109-9, existe uma outra exploração agropecuária e uma exploração de inertes (ver Figura 2). As habitações mais próximas localizam-se a sudeste, a uma distância superior a 500 metros da exploração suinícola (ver Figura 1).

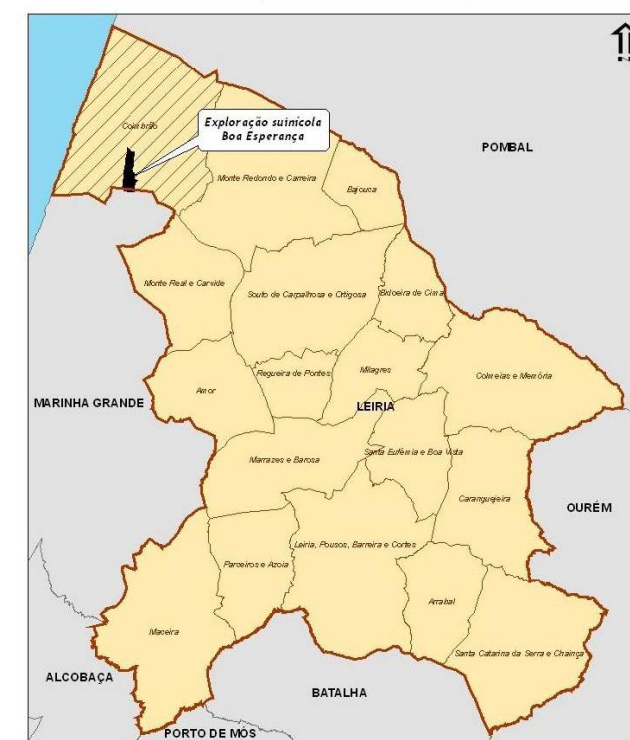
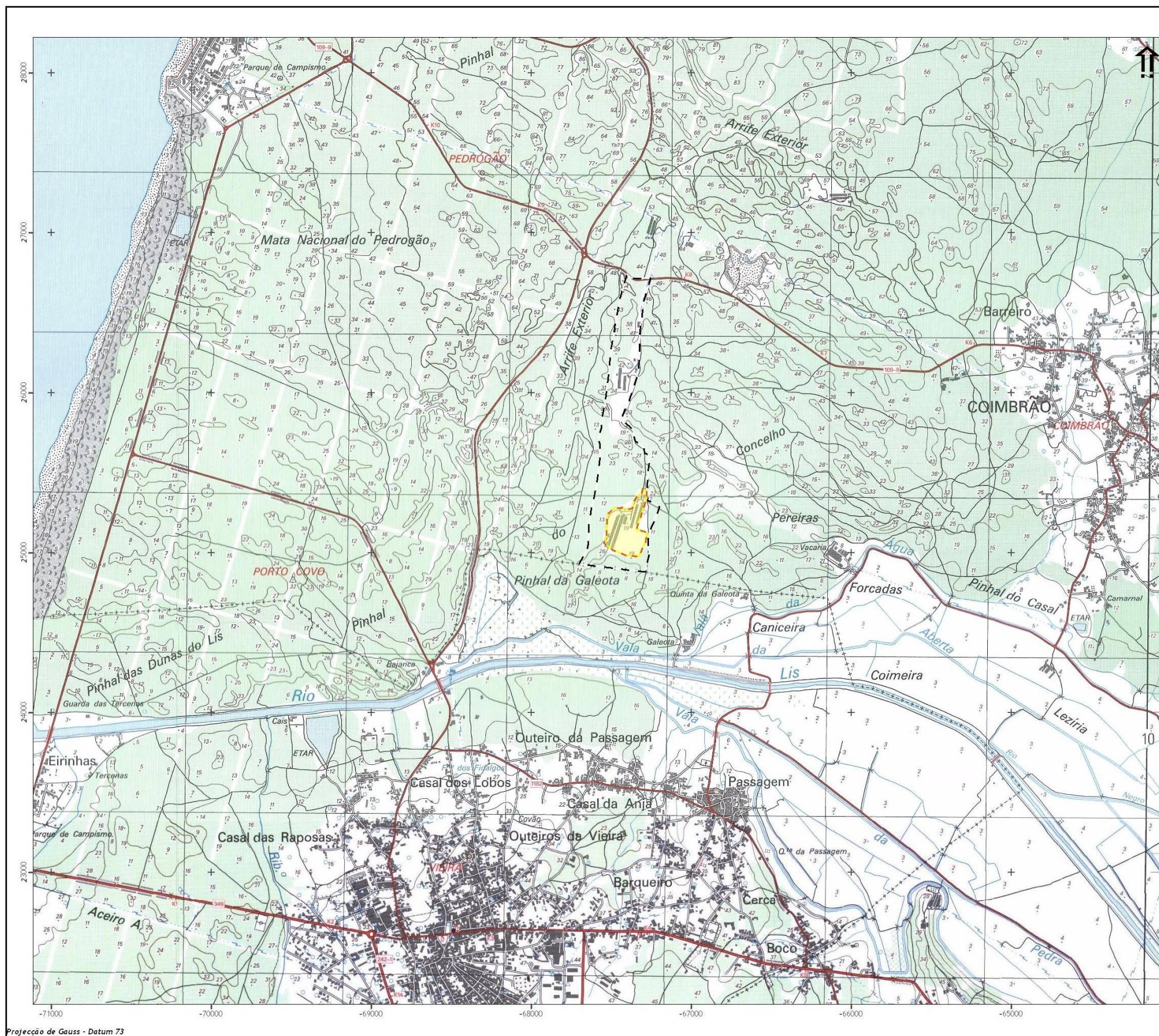
O acesso ao local é efetuado pela Estrada Nacional 109-9, que liga Monte Redondo a Pedrógão. Cerca de 3,5 quilómetros a oeste da povoação de Coimbra, logo a seguir à entrada para a Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte, vira-se à direita e segue-se por um caminho de terra batida (com cerca de 1,5 quilómetros) que dá acesso à exploração. A Estrada Nacional 109-9 estabelece ligação com a Estrada Nacional 109 e com a Estrada Municipal 531 que por sua vez liga à Auto-Estrada A17.

3. O que é a exploração suinícola

A exploração suinícola da Boa Esperança, que já se encontra em pleno funcionamento, consiste numa unidade de produção de suínos em regime intensivo e produção em ciclo fechado, com uma capacidade total para 860 porcas reprodutoras, o que corresponde a 1.307 CN.

O objetivo de produção anual é de cerca de 23.736 leitões desmamados, dos quais cerca de 3.700 serão vendidos como leitão, sendo os restantes engordados na exploração até ao peso vivo de 105 kg. O número anual previsto de porcos para abate é cerca de 19.300 animais com cerca de 105 kg de peso vivo médio.

A exploração suinícola é constituída por nove edifícios de produção (divididos por duas unidades, a unidade B e a unidade C) e edifícios de apoio, nomeadamente, balneário e escritório, cais de embarque e expedição, silos, arrumos e necrotério, entre outros (Figura 3 e Quadro 1).



- Limite da propriedade do Pinhal do Coimbrão
- Area da exploração da Boa Esperança
- Concelho de Leiria
- Freguesia de Coimbrão
- Concelhos limítrofes

<i>Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental da exploração suinícola da Boa Esperança</i>	
Localização e enquadramento	Escala: 1:25 000 1:275 000
	Data: Dezembro 2015
	Figura: 1

Fonte: Carta Militar n.º 351 e 352 (IGeD), 1:25 000 e CAOP (2013)



Fonte: Bing Maps

Figura 2 – Imagem de satélite da área da propriedade da exploração suinícola e da sua envolvente.

Quadro 1 - Características das instalações que constituem a exploração suinícola.

Setor	Designação ⁽¹⁾		Área (m ²)
Edifícios de produção	Unidade B		
	1	-	97,1
	2	Quarentena	54,6
	3	Gestação, maternidade, recria e varrascaria	1.882,4
	4	Engorda	2.172,4
	Unidade C		
	5	Engorda	687,6
	6	Engorda	3.018,7
	7	Recria	136,1
	8	Gestação, maternidade, recria	2.847,4
	9	Quarentena	85,7
	Subtotal		10.305,7
Zona exterior	10	Rodilúvio	31,6
	11	Cais de embarque	155,1
	12	Silo	56,0
	13	Furo	21,0
	13A	Depósito de água	27,0
	14	Fossa séptica	23,3
	15	Necrotério	18,0
Área social e outros edifícios de apoio	17	Balneários	89,9
	18	Escritório	95,7
	19	Habitação	397,4
	20	Laboratório	23,1
	21	Arrumos	42,8
Sistema de lagunagem	16A a 16F	Lagoas	15.471,3
Área total coberta (edifícios)			11.086,6
Área impermeabilizada ou semi-impermeável (sem considerar o sistema de lagunagem)			47.862,4
Área da exploração			72.259,3
Área da propriedade			446.047,5

Notas: (1) Os números apresentados fazem correspondência com a planta síntese (Figura 3).

A exploração apresenta no total uma área coberta de 11.086,6 m², dos quais 10.305,7 m² são afetos aos edifícios de produção e os restantes 780,9 m² a edifícios de arrumos, habitação e escritório (ver Quadro 3.1 e Carta 5 do Anexo II).

O Quadro 2 apresenta a descrição das restantes instalações e espaços de uso específico que servem de apoio à exploração suinícola (ver Figura 3).

Quadro 2 - Áreas que afetas à exploração.

Designação ⁽¹⁾	Descrição
Edifícios de produção: - Unidade B (edifícios 1 ao 4) - Unidade C (edifícios 5 ao 9)	A - Gestação - área de desmame/ cobrição/ gestação não confirmada / Área de gestação em parques B - Maternidade C - Recria D - Engorda
Quarentena (F):	Todos os animais novos que entram na exploração passam obrigatoriamente pela quarentena, onde são submetidos a despiste e profilaxia das principais doenças, e onde permanecem pelo período de tempo recomendado pelas autoridades sanitárias regionais.
Enfermaria:	A enfermaria aloja os animais doentes até á sua recuperação e envio para matadouro. Existem 2 edifícios para este efeito. Cada uma das unidades tem parques destinados à enfermaria.
Cais de embarque (11):	Local de acesso dos animais aos pavilhões e onde os animais destinados ao circuito comercial aguardam transporte.
Necrotério (15):	Localizado no topo norte da exploração junto ao acesso. Trata-se de uma pequena casa refrigerada, onde são armazenados os animais mortos em contentores.
Furo artesiano e depósito de água (13 e 13A):	A água é captada através de dois furos artesianos (13). A água é bombeada para dois depósitos (13A) que abastecem a exploração.
Fossas sépticas (14):	Para recolha das águas residuais produzidas nos balneários e que posteriormente são geridas conjuntamente com o efluente pecuário.
Silos (12):	Os silos estão localizados na zona semi-limpa, no topo dos pavilhões e têm como finalidade a distribuição do alimento composto através de um sem-fim a todos os setores da unidade. Existem 14 silos com uma capacidade total de 150 toneladas.
Sistema de lagunagem (16):	Constituído atualmente por seis lagoas não impermeabilizadas. Está prevista a impermeabilização da lagoa 16 A que passará a funcionar como estrutura de retenção do efluente.
Área social e outros edifícios de apoio (17 ao 21):	Constituída por balneários (17), escritório (18), três habitações (19), laboratório (20) e arrumos (21). Os balneários constituem um local de passagem obrigatório a todos os funcionários e visitantes. Os vestiários dispõem de duche, sanitários e armários, estando divididos em zonas limpas e sujas. Os arrumos são áreas edificadas destinadas ao apoio à atividade pecuária.

Nota: (1) Os números apresentados fazem correspondência com a planta síntese (Figura 3).



Fotografia 1 - Entrada da exploração, vista de sul para norte.



Fotografia 2 - Vista para cais de embarque na unidade B, no topo do edifício de produção 4.



Fotografia 3 - Vista para o escritório, arrumos e silos na parte norte da exploração.



Fotografia 4 - Área entre os edifícios de produção 3 e 4 (unidade C).



Fotografia 5 - Vista para a unidade C e habitações.



Fotografia 6 - Vista para a unidade C, edifícios 5 e 6 e silos.



Fotografia 7 - Vista para a unidade C, de sul para norte, entre os edifícios de produção 5 e 6.



Fotografia 8 - Vista para a unidade C, entre os edifícios de produção 6 e 8.



Fotografia 3.9 - Sistema de lagunagem existente.



Fotografia 10 - Captação de água e depósito.



Fotografia 11 - Necrotério.



Fotografia 12 - Vista para a habitação junto à entrada.



Fotografia 13 - Vista para as habitações junto à unidade C.



Fotografia 14 - Vista para a propriedade, terreno a norte da exploração.



Fotografia 15 - Vista para a propriedade, terreno a noroeste da exploração.



Fotografia 16 - Vista para o sistema de lagunagem e para o terreno florestal, a sul.



Fotografia 17 - Vista para o terreno florestal da propriedade, a sudeste.

4. Como funciona a exploração suinícola

Durante a fase de funcionamento as principais ações suscetíveis de provocar impactos são:

- Presença física da exploração suinícola.
- Produção animal.
- Produção e gestão de efluentes pecuários.
- Transporte de matérias-primas, produto final e pessoas

Na fase de funcionamento, todo o efluente pecuário gerado na exploração será encaminhado, através de uma rede de valas existente, até à lagoa de retenção - lagoa 16A (ver Figura 3). O escoamento do efluente é efetuado setorialmente.

No entanto, uma vez que as lagoas presentes na exploração não se encontram impermeabilizadas e tendo em conta a elevada permeabilidade do substrato existente na área da exploração, é proposto um sistema de retenção composto pelas valas e uma lagoa de retenção impermeabilizada. Deste modo, o efluente produzido será encaminhado das valas do interior dos pavilhões para a lagoa de retenção, que se localizará na área onde atualmente se encontra a primeira lagoa (ver Figura 3). O destino do chorume é a Estação de Tratamento de Águas Residuais coletiva (ETAR Norte), localizada próximo da exploração.

Os esgotos domésticos, com origem nos balneários e nas três habitações são encaminhados para fossas sépticas, sendo posteriormente geridos conjuntamente com o efluente pecuário

Os resíduos gerados na exploração suinícola são medicamentos, utensílios veterinários, embalagens e resíduos sólidos urbanos. Para além destes resíduos, existem cadáveres de animais, cuja recolha, transporte e eliminação é realizada por uma empresa devidamente autorizada.

A emissão de poluentes atmosféricos resulta da atividade física e biológica dos animais, do armazenamento das águas residuais e da circulação de veículos.

Decorrente do funcionamento da exploração é gerado ruído com origem nos equipamentos existentes e ainda no tráfego rodoviário decorrente do transporte de alimentos, animais e pessoas.

O pessoal afeto à exploração é composto por doze funcionários.

5. Como vai ser feita a desativação da exploração suinícola

Não está prevista, mesmo a longo prazo, a desativação da instalação. Por estes motivos, a fase de desativação não foi integrada na avaliação.

6. Quais os prazos de realização do projeto

A exploração já se encontra em pleno funcionamento, não estando programada a sua desativação, pelo que não existe programação temporal para este projeto.

7. Qual é o estado atual do ambiente na área de estudo

A área da exploração insere-se numa zona de relevo ondulado, em que afloram formações dunares e areais de dunas. Estas areias apresentam elevada permeabilidade.

O sistema aquífero de Vieira de Leiria - Marinha Grande, presente na área de estudo, é recarregado por infiltração direta. A vulnerabilidade à poluição é considerada elevada. A exploração suinícola utiliza água de origem subterrânea para o abastecimento.

A área de implantação da exploração insere-se na bacia hidrográfica do rio Lis, próximo do seu estuário. A área da exploração suinícola não apresenta drenagem superficial, devido à elevada permeabilidade do substrato.

Os dados de qualidade da água subterrânea disponíveis para a área de estudo, revelam uma qualidade boa a má, de montante para jusante. No que se refere à qualidade das águas superficiais, os dados mais recentes para as estações localizadas no rio Lis, revelam uma classificação da qualidade má. Existem várias fontes de poluição que afetam o rio Lis, tanto de origem urbana como industrial e pecuária, que são responsáveis pela má qualidade da água registada nas estações de monitorização.

Na área da exploração, o solo não apresenta aptidão agrícola, mas tem aptidão florestal. Os solos e as águas subterrâneas apresentam uma vulnerabilidade considerada média a elevada à contaminação.

Apesar da proximidade da área de estudo à Mata Nacional do Pedrogão, os usos do solo existentes na área da exploração e na sua envolvente (floresta de produção com eucalipto, explorações agropecuárias e de inertes e a Estação de Tratamento de Águas Residuais, leva a considerar que o valor ecológico da área de estudo é baixo

A área de estudo insere-se na unidade de paisagem “Pinhal Litoral Aveiro-Nazaré”. A predominância das áreas com floresta de produção e de elementos artificiais, conferem ao local da exploração uma baixa a média sensibilidade paisagística. Trata-se, por isso, de uma paisagem que tem capacidade para acolher alterações à sua estrutura, sem alterar a sua qualidade visual.

Em 2011, o concelho de Leiria apresentava 126.897 habitantes o que representa apenas 8,6% da população da Sub-região do Pinhal Litoral, onde se insere. Entre 2001 e 2011 ocorreu um crescimento moderado, que se traduziu num aumento de 5,9%. A Sub-região do Pinhal Litoral apresenta igualmente valores de crescimento moderados (+4,0%), em contraste com a Região do Centro, que apresenta um decréscimo populacional (-0,9%).

Os setores de atividade com maior importância no concelho de Leiria são o comércio, a indústria transformadora e também a construção. Estes setores são os que geram maiores rendimentos e os mais empregadores.

Entre as atividades do setor primário desenvolvidas no concelho, a exploração pecuária assume um papel muito importante. Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009, existiam no

concelho de Leiria 1.043 explorações suínolas, que representavam cerca de 22% das pecuárias do concelho, correspondendo a um efetivo total de 175.617 suínos.

Na área da exploração encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Leiria, estando a exploração inserida em “Espaços florestais de conservação”. Segundo o regulamento do Plano Diretor Municipal de Leiria, são permitidas instalações pecuárias nesta categoria de uso do solo. Na área da exploração ocorre a condicionante da Reserva Ecológica Nacional.

A principal fonte de poluentes atmosféricos na área de estudo tem origem no tráfego rodoviário que circula na rede viária, nomeadamente na Estrada Municipal 536 e na Estrada Nacional 109-9. Constituem também fontes de poluentes a Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte, uma outra exploração suínola e uma exploração de inertes, existentes nas imediações. De acordo com os dados da estação de monitorização da qualidade do ar, localizada a 4,2 quilómetros a nordeste, existe uma boa qualidade do ar ambiente na zona da exploração, à exceção das partículas que registaram algumas de excedências do valor de referência.

A principal fonte de ruído na envolvente da área da exploração está associada ao tráfego rodoviário, que circula na Estrada Municipal 536 e na Estrada Nacional 109-9. O funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte constitui também uma fonte de ruído. Os níveis de ruído ambiente apresentados no mapa de ruído para a envolvente da exploração, são compatíveis com os valores legais admissíveis para zonas não classificadas.

8. Quais os impactos ambientais associados ao funcionamento da exploração

A impermeabilização de uma das lagoas ocorrerá numa área já ocupada pelo sistema de lagunagem, não se esperando alterações ao nível do substrato nem nas formas de relevo existentes, pelo que não são esperados impactos na geomorfologia e na geologia.

A exploração suínola já existe mas não afeta a taxa de infiltração de água uma vez que a impermeabilização de uma das lagoas para a retenção do efluente (lagoa 16A) constitui uma alteração residual, sendo o impacto nos recursos hídricos subterrâneos considerado negligenciável.

A água que é utilizada no abeberamento dos animais, na lavagem das instalações e nas instalações sociais da exploração tem a sua origem em duas captações existentes na exploração. A captação de água subterrânea traduz-se num impacto que se considera pouco negativo, dado que não se prevê a afetação do recurso, nem dos usos associados a outras captações.

O impacto da exploração no sistema de drenagem é negligenciável devido à ausência de escoamento superficial na área da exploração e na sua envolvente. As águas pluviais que escorrem nas coberturas dos edifícios infiltram-se no solo, na envolvente dos edifícios

Atendendo a que os animais permanecem em edifícios cobertos durante todo o processo produtivo, não se prevê a existência de fontes significativas de contaminação dos recursos hídricos. O impacto sobre a qualidade dos recursos hídricos deverá ser pouco negativo

atendendo à adequada impermeabilização da lagoa de retenção e à capacidade de retenção do efluente.

O impacto no solo decorrente da produção e gestão de efluentes pecuários será negligenciável, uma vez que não se prevê o contacto do efluente pecuário com o solo na área da exploração, sendo armazenado na lagoa a impermeabilizar (lagoa 16A), e transportado posteriormente para a Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte.

A produção de resíduos associados ao funcionamento da exploração é considerada um impacto pouco negativo, uma vez que é garantido o seu destino adequado.

A presença da exploração, nomeadamente a circulação de viaturas e pessoas, manterá a pressão humana sobre a envolvente imediata à exploração. A circulação de viaturas potencia o risco de atropelamento e morte de animais de pequeno porte. No entanto, na área da exploração já existe atividade agropecuária, pelo que apenas se prevê a manutenção das perturbações já existentes atualmente. Assim, considera-se que o impacto do funcionamento da exploração na fauna e flora é negligenciável.

Os impactos na paisagem estão associados à manutenção da exploração e do atual ambiente visual. A área de exploração e as estruturas presentes apresentam baixa exposição visual. Considera-se que o impacto é negligenciável, dado que não se prevê que a manutenção da exploração altere as características visuais da paisagem.

O funcionamento da exploração não implica a criação de novos postos de trabalho, sendo mantidos os atuais doze trabalhadores. Significa também a manutenção do contributo para o setor de produção animal, que apresenta uma elevada importância no concelho, mantendo a base produtiva local e regional. Trata-se de um impacto na socioeconomia que se considera pouco positivo, uma vez que os custos de operação serão a continuação da situação atual.

Decorrente do funcionamento da exploração é esperada a emissão de odores, sendo expectável uma potencial situação de incomodidade, afetando os recetores sensíveis. Considera-se o impacto como pouco negativo dado caráter rural e a baixa densidade populacional da envolvente.

O funcionamento da exploração não provoca alterações no ambiente sonoro junto dos usos sensíveis localizados na envolvente, incompatíveis com as disposições regulamentares aplicáveis. Assim, considera-se o impacto no ambiente sonoro negligenciável.

Atendendo a que na propriedade do Pinhal do Coimbrão, onde se situa a exploração da Boa Esperança, existe uma outra exploração suinícola em funcionamento, designada exploração suinícola do Pinhal do Concelho, que pertence ao mesmo proponente, foram analisados os impactos cumulativos destas duas explorações.

A exploração suinícola do Pinhal do Concelho, com a marca PTRB29B, tem uma área de 2,5 hectares e consiste numa unidade de produção de suínos em regime intensivo e produção em ciclo fechado. Tem uma capacidade total para 175 porcas reprodutoras, o que corresponde a 260,75 CN. O efetivo pecuário é de 175 porcas reprodutoras, 1 varrasco, 1.700 porcos de engorda e 740 leitões

Os impactes cumulativos com a exploração do Pinhal do Concelho são os seguintes:

- Negligenciáveis para as águas subterrâneas, uma vez que a área impermeável ou semi-impermeável associada às duas explorações suinícolas, não altera a recarga do aquífero, sendo garantida a infiltração da água no subsolo.
- Negligenciáveis no solo e na capacidade de uso, dado que o aumento da área artificializada é pouco significativo e o solo apresenta uma baixa capacidade de uso.
- Nulos na paisagem, face ao afastamento que as duas explorações apresentam uma da outra, ao tipo de relevo presente e à ausência de exposição visual.
- Pouco negativos na qualidade do ar atendendo à emissão de odores, afetando os recetores sensíveis localizados a sudeste da exploração da Boa Esperança.
- Negligenciáveis no ruído pois não é expectável que o conjunto das duas explorações incremente ou prejudique o ambiente acústico que atualmente existe.

9. Quais as medidas de minimização e monitorização a implementar

Com vista à minimização dos impactes identificados, é proposta a implementação de medidas para a fase de funcionamento da exploração, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Medidas a implementar na fase de funcionamento da exploração.

Ações do projeto	Medidas de minimização na fase de funcionamento
Presença física da exploração suinícola	- As estruturas da exploração em desconformidade com a Reserva Ecológica Nacional (REN) deverão ser licenciadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que estabelece o regime de regularização de estabelecimentos e explorações.
Produção animal	- Colocar um medidor de caudal em cada uma das captações existentes na exploração, de modo a ter-se um conhecimento do real valor de água captada. - Concluir o processo de licenciamento das captações de água. - Na exploração deverão estar disponíveis materiais absorventes para conter eventuais derrames de óleos e combustíveis. - Implementar o plano de monitorização da qualidade da água subterrânea. - Os meios de deposição temporária de resíduos deverão garantir a proteção dos solos, águas superficiais e subterrâneas pelo que deverão ser colocados em locais devidamente impermeabilizados, planos, protegidos da pluviosidade. - Os equipamentos com emissões para o exterior, deverão ser submetidos a manutenção e revisão periódica de modo a garantir o cumprimento dos limites legais de emissão sonora. - Deverão ser garantidas condições de comodidade e conforto aos animais de modo a minimizar o ruído produzido pelos mesmos. - Minimização das emissões de ácido sulfídrico através da gestão adequada das atividades pecuárias e dos efluentes líquidos associados. - Os pavilhões deverão ser devidamente ventilados de forma a reduzir os níveis de ácido sulfídrico, evitando a formação de odores. - Minimização das emissões de partículas através da manutenção regular dos sistemas de ventilação.
Produção e gestão de efluentes pecuários	- Para as lagoas a desativar, que não serão impermeabilizadas, e que vão deixar de receber efluente pecuário, deve ser realizado um projeto de recuperação visando, dentro do possível, a sua renaturalização, respeitando o existente e a sua envolvente. - Deverá ser garantida uma boa exploração do sistema de armazenamento de efluentes pecuários, de forma a evitar entupimentos e a ultrapassagem da capacidade de retenção.

Ações do projeto	Medidas de minimização na fase de funcionamento
	- Efetuar a impermeabilização da lagoa de retenção na base e nas paredes em Policloreto de Vinil (PVC), Polietileno de Alta Densidade (PEAD) ou outro material que garanta a estanquicidade desta infraestrutura.

Com o objetivo de determinar a eficácia das medidas de minimização, permitindo, caso se justifique, a sugestão ou adaptação de outras medidas, deverão ser implementados planos de monitorização, para os fatores recursos hídricos subterrâneos e resíduos.